



**GUARDA
MUNICIPAL**

SIMULADO FINAL

GCM

Porto Velho

Guarda Civil - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **GCM Porto Velho**, cargo de **Guarda Municipal**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Eb14FYk8MkmYdynN6>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)	65 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)	66 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)	67 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)	68 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)	69 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)	70 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)	71 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)	72 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)	73 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)	74 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)	75 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)	76 - (A)(B)(C)(D)(E)
13 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	61 - (A)(B)(C)(D)(E)	77 - (A)(B)(C)(D)(E)
14 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	62 - (A)(B)(C)(D)(E)	78 - (A)(B)(C)(D)(E)
15 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	63 - (A)(B)(C)(D)(E)	79 - (A)(B)(C)(D)(E)
16 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	64 - (A)(B)(C)(D)(E)	80 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4h2qmPB>

CONHECIMENTOS COMUNS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto para responder às questões**

A criminalidade instalada em vários níveis e segmentos da sociedade brasileira, da qual resultou a sensação generalizada de insegurança para a população, cobra uma atuação mais efetiva do Estado. Excetuando-se o tratamento adequado aos reais fatores que influenciaram o crescimento dessa criminalidade, a inteligência figura como principal alternativa para combatê-la. O Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) (BRASIL, 2000a), contempla o assunto no seu 4º compromisso, firmado em 20 de junho de 2000, ao anunciar a criação e implementação de uma Inteligência voltada para a Segurança Pública, prevista no Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), o qual cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Sisp) e norteia as diretrizes que possibilitam a execução do mencionado compromisso. O Sisp, criado no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), conforme o disposto no artigo primeiro do supramencionado decreto, responde legal e teoricamente às necessidades de todo o Sisbin no que se refere a segurança pública.

Apesar de o Sisp ter finalidade e objetivos estabelecidos, área de atuação definida, atores e ações específicos, foi criado no âmbito do Sisbin, e, até ocorrer uma alteração na legislação, não pode se desassociar da atividade de inteligência do Estado Brasileiro, como as vezes é apregoado. Mesmo que a natureza de suas atribuições o coloque em um âmbito específico do Sisbin, não há cabimento em se rotular como Inteligência “clássica” ou de “Estado” e estanque a atividade praticada pelo órgão central do sistema, a Abin, pois também o Sisp executa a atividade de Inteligência do Estado brasileiro, sendo esse segmento voltado especialmente para a Segurança Pública, o que se verifica clara e incisivamente na lei pertinente. Corroborando essa afirmação, verifica-se que os fundamentos doutrinários e a metodologia utilizada na área da segurança pública são os mesmos utilizados pelo órgão central e pelo os demais componentes do sistema.

Assim, torna-se indispensável a criação de uma doutrina que nomeie princípios, indique conceitos, oriente valores e normatize, controlando o exercício da atividade de Inteligência na segurança pública, destacando-se que, em sua criação, deve imperar o princípio da imparcialidade, possibilitando isenção de entendimento tendencioso, pois a atividade deve estar acima de quaisquer conveniências ou favoritismos, além da predominância dos preceitos legais.

Adaptado de <https://rbi.abin.gov.br/RBI/article/download/42/30/50>

1. No primeiro parágrafo do texto, o autor utiliza a expressão "Excetuando-se o tratamento adequado aos reais fatores que influenciaram o crescimento dessa criminalidade" com a finalidade de:
 - a) ressaltar que a inteligência é a única ferramenta capaz de combater a criminalidade, dispensando-se a análise de suas causas.
 - b) reconhecer a importância do tratamento das causas da criminalidade, mas situar a inteligência como instrumento complementar e prioritário no combate.
 - c) sugerir que o Estado tem negligenciado o tratamento das causas da criminalidade, restando apenas a via da inteligência.
 - d) indicar que, à exceção da inteligência, nenhum outro mecanismo estatal é eficaz contra a criminalidade.
 - e) afirmar que os fatores que influenciaram o crescimento da criminalidade já foram devidamente tratados pelo Estado.

2. Considerando a argumentação desenvolvida ao longo do texto, é correto afirmar que a tese central defendida pelo autor é:
- a) o Sisp deve ser desvinculado do Sisbin, pois suas atribuições são de natureza exclusivamente operacional, distinta da inteligência de Estado.
 - b) a atividade de inteligência na segurança pública é estanque em relação à praticada pela Abin, exigindo doutrina própria e autônoma.
 - c) o Sisp, embora voltado à segurança pública, executa a atividade de inteligência do Estado brasileiro e não deve ser rotulado como segmento estanque ou dissociado da Abin.
 - d) a doutrina de inteligência para a segurança pública deve prescindir do princípio da imparcialidade, dado o caráter operacional da atividade.
 - e) o PNSP falhou ao não prever a criação de uma doutrina específica para a inteligência de segurança pública.
3. Assinale a alternativa que apresenta reescritura correta do trecho "*Mesmo que a natureza de suas atribuições o coloque em um âmbito específico do Sisbin, não há cabimento em se rotular como Inteligência 'clássica' ou de 'Estado' e estanque a atividade praticada pelo órgão central do sistema, a Abin*", mantendo a correção gramatical e o sentido original:
- a) Ainda que suas atribuições o coloque em âmbito específico do Sisbin, é descabido rotular-se a atividade da Abin como estanque, dissociando-a da inteligência "clássica" ou de "Estado".
 - b) Por mais que a natureza de suas atribuições o coloque em âmbito específico do Sisbin, não se justifica rotular a atividade da Abin como estanque e separada da inteligência "clássica" ou de "Estado".
 - c) Embora as atribuições do Sisp as coloquem em âmbito específico do Sisbin, não há cabimento em se rotular como estanque e como Inteligência "clássica" ou de "Estado" a atividade praticada pela Abin.
 - d) Mesmo que a natureza de suas atribuições o coloque em um âmbito específico do Sisbin, não há cabimento em rotular a atividade praticada pela Abin como Inteligência "clássica" ou de "Estado" e como estanque.
 - e) Apesar de que as atribuições do órgão o coloca em âmbito específico do Sisbin, não há cabimento em se rotular como Inteligência "clássica" ou de "Estado" e estanque a atividade da Abin.
4. No trecho "*O Sisp, criado no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), conforme o disposto no artigo primeiro do supra mencionado decreto, responde legal e teoricamente às necessidades de todo o Sisbin no que se refere a segurança pública*", o pronome "que" no segmento "no que se refere a segurança pública" exerce a função de:
- a) pronome relativo, funcionando como sujeito da oração subordinada adjetiva.
 - b) conjunção integrante, introduzindo oração subordinada substantiva objetiva direta.
 - c) pronome relativo, funcionando como objeto indireto da oração subordinada adjetiva.
 - d) partícula expletiva de realce, sem função sintática definida.
 - e) pronome demonstrativo, com valor anafórico, retomando "Sisbin".

5. No trecho "Corroborando essa afirmação, verifica-se que os fundamentos doutrinários e a metodologia utilizada na área da segurança pública são os mesmos utilizados pelo órgão central", a partícula "se" em "verifica-se" classifica-se como:

- a) pronome reflexivo, indicando que a ação recai sobre o próprio sujeito da oração.
- b) partícula apassivadora, e a oração "que os fundamentos doutrinários e a metodologia... são os mesmos" funciona como sujeito da forma verbal "verifica-se".
- c) índice de indeterminação do sujeito, tornando a oração sem sujeito definido.
- d) pronome recíproco, indicando reciprocidade entre os elementos da oração.
- e) conjunção integrante, introduzindo oração subordinada substantiva.

6. Considerando a norma-padrão de concordância, julgue as seguintes afirmativas:

- I. Em "os fundamentos doutrinários e a metodologia utilizada na área da segurança pública **são** os mesmos utilizados pelo órgão central", a concordância verbal "são" está correta, pois o sujeito composto exige o verbo no plural.
- II. Em "a criação e a implementação de uma Inteligência voltada para a Segurança Pública **foi prevista** no 4º compromisso do PNSP", a concordância "foi prevista" está correta, pois o verbo pode concordar com o núcleo mais próximo do sujeito composto, mesmo anteposto.
- III. Em "os atores e ações **específicos** do Sisp", a concordância nominal "específicos" está correta, pois o sujeito composto contém elemento masculino, que prevalece no plural.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I é verdadeira.
- b) Apenas II é verdadeira.
- c) Apenas I e III são verdadeiras.
- d) Apenas II e III são verdadeiras.

e) I, II e III são verdadeiras.

7. No período "Assim, torna-se indispensável a criação de uma doutrina que nomeie princípios, indique conceitos, oriente valores e normatize, controlando o exercício da atividade de Inteligência na segurança pública", a oração "que nomeie princípios, indique conceitos, oriente valores e normatize" classifica-se como:

- a) subordinada substantiva objetiva direta, pois complementa o verbo "torna-se".
- b) subordinada adjetiva restritiva, pois restringe e especifica o tipo de doutrina que é indispensável.
- c) subordinada adjetiva explicativa, pois apenas acrescenta uma caracterização acessória a "doutrina".
- d) subordinada adverbial causal, pois indica a causa da necessidade de criação da doutrina.
- e) coordenada sindética aditiva, pois enumera ações paralelas.

8. Considerando a norma-padrão de colocação pronominal, assinale a alternativa em que a próclise é **obrigatória**:

- a) A atividade de inteligência deve se reger por princípios de imparcialidade.
- b) O Sisp não se pode desassociar da atividade de inteligência do Estado, como às vezes é apregoad.
- c) Verifica-se claramente que os fundamentos doutrinários são os mesmos utilizados pela Abin.
- d) A criação do Sisp lhe havia conferido autonomia no âmbito do Sisbin.
- e) Tornar-se-ia indispensável a criação de uma doutrina que normatize a atividade de inteligência.

9. No trecho "*O Sisp, criado no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), conforme o disposto no artigo primeiro do supra mencionado decreto, responde legal e teoricamente às necessidades de todo o Sisbin*", o acento grave em "às necessidades" é justificado porque:

- a) a crase é facultativa, pois "necessidades" é palavra feminina e o uso do acento depende do estilo do autor.
- b) a crase é facultativa, pois a preposição "a" não é exigida pelo verbo "responder", pois esse verbo tem dupla regência.
- c) a crase é proibida, pois não há preposição antes do artigo definido.
- d) o acento grave indica apenas a presença de um artigo definido, sem qualquer relação com preposição.
- e) a crase ocorre porque "responder" é verbo transitivo direto e "às necessidades" é objeto direto.

10. Assinale a alternativa em que a regência verbal está **INCORRETA**:

- a) O Sisp responde às necessidades de todo o Sisbin no que se refere à segurança pública.
- b) O Sisp atende às necessidades de todo o Sisbin e visa o fortalecimento da inteligência estatal.
- c) O decreto cria o Sisp e nomeia princípios que obedecem ao disposto na legislação pertinente.
- d) A doutrina deve nomear princípios e orientar valores, assistindo às necessidades do sistema.
- e) O Sisp foi criado no âmbito do Sisbin e responde legal e teoricamente às necessidades de segurança pública.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Durante a instrução de rotina da Guarda Civil Municipal, o instrutor registrou no quadro quatro sentenças:

- I. Guarda, comunique imediatamente a ocorrência ao centro de operações!
- II. Qual foi o horário registrado pela câmera do terminal urbano?
- III. A Guarda Civil Municipal realiza rondas escolares no período vespertino.
- IV. Ele foi flagrado dirigindo sem habilitação.

Das sentenças registradas no quadro, são proposições:

- a) Apenas III.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas III e IV.
- d) Apenas II e IV.
- e) Apenas I, II e IV.

12. No planejamento de uma operação integrada, o inspetor da Guarda Civil Municipal registrou em ata a seguinte proposição composta: "Se a praça central for interditada e o efetivo de plantão for reforçado, então o patrulhamento noturno será ampliado ou o videomonitoramento passará a operar em tempo integral."

O número de linhas da tabela-verdade dessa proposição composta é igual a:

- a) 4.
- b) 8.
- c) 12.
- d) 16.
- e) 32.

13. Em reunião com a equipe de fiscalização, o inspetor da Guarda Civil Municipal afirmou: "Se o comércio ambulante for autorizado na praça, então a fiscalização de posturas será intensificada."

A negação lógica da afirmação do inspetor é:

- a) O comércio ambulante não é autorizado na praça ou a fiscalização de posturas é intensificada.
- b) Se a fiscalização de posturas for intensificada, então o comércio ambulante será autorizado na praça.
- c) O comércio ambulante é autorizado na praça e a fiscalização de posturas não é intensificada.
- d) O comércio ambulante não é autorizado na praça e a fiscalização de posturas não é intensificada.
- e) O comércio ambulante é autorizado na praça ou a fiscalização de posturas não é intensificada.

14. O comando da Guarda Civil Municipal divulgou duas informações a respeito de seu efetivo:

- I. Todo guarda lotado no patrulhamento escolar concluiu o curso de mediação de conflitos;
- II. Nenhum guarda que concluiu o curso de mediação de conflitos foi reprovado no teste de aptidão física.

Considerando apenas essas duas informações, é necessariamente verdadeiro que:

- a) todo guarda que concluiu o curso de mediação de conflitos está lotado no patrulhamento escolar.
- b) algum guarda lotado no patrulhamento escolar foi reprovado no teste de aptidão física.
- c) todo guarda reprovado no teste de aptidão física está lotado no patrulhamento escolar.
- d) algum guarda que concluiu o curso de mediação de conflitos foi reprovado no teste de aptidão física.
- e) nenhum guarda lotado no patrulhamento escolar foi reprovado no teste de aptidão física.

15. O setor de estatística da Guarda Civil Municipal organizou, em ordem cronológica, o número de ocorrências atendidas em cada um dos seis primeiros meses do ano, obtendo a seguinte sequência: 7, 10, 16, 28, X, 100. Mantido o padrão dessa sequência, o valor de X é igual a:

- a) 40.
- b) 52.
- c) 56.
- d) 64.
- e) 76.

16. A Guarda Civil Municipal reforça seu efetivo em duas datas fixas do calendário: 7 de setembro e 15 de novembro. Em determinado ano, o reforço de 7 de setembro ocorreu numa terça-feira e o de 15 de novembro, numa segunda-feira. Em outro ano, o reforço de 15 de novembro ocorreu numa quarta-feira. Nesse mesmo ano, o reforço de 7 de setembro ocorreu numa:

- a) segunda-feira.
- b) terça-feira.
- c) quarta-feira.
- d) quinta-feira.
- e) sexta-feira.

17. Em um levantamento sobre as 250 ocorrências atendidas pela Guarda Civil Municipal em um trimestre, verificou-se que 110 exigiram o acionamento de ambulância (A), 85 exigiram o apoio da Polícia Militar (P) e 70 exigiram o acionamento da Defesa Civil (D). Constatou-se, ainda, que 40 ocorrências exigiram A e P, 35 exigiram A e D, 25 exigiram P e D, e 15 exigiram os três acionamentos. O total de ocorrências que não exigiram nenhum desses três acionamentos é igual a:

- a) 55.
- b) 70.
- c) 85.
- d) 100.
- e) 115.

18. No centro de videomonitoramento da Guarda Civil Municipal, uma equipe de 4 operadores que possuem a mesma produtividade, trabalhando 6 horas por dia, analisa 288 horas de gravação em 12 dias. Para atender a uma nova demanda, a equipe passará a contar com 6 operadores de mesma produtividade, que trabalharão 8 horas por dia, para analisar 432 horas de gravação. O total de dias necessários para concluir essa nova análise é igual a:

- a) 6.
- b) 12.
- c) 9.
- d) 16.
- e) 18.

19. Em uma operação de fiscalização de trânsito, a Guarda Civil Municipal autuou apenas motocicletas e automóveis. A razão entre o número de motocicletas autuadas e o número de automóveis autuados foi de 7 para 4 e, ao todo, foram autuados 55 veículos. O número de motocicletas autuadas superou o de automóveis autuados em:

- a) 15.
- b) 5.
- c) 11.
- d) 20.
- e) 35.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

20. Considerando as características das memórias utilizadas em sistemas computacionais, assinale a alternativa correta.

- a) A memória RAM é uma memória volátil utilizada pelo sistema para armazenar temporariamente dados e programas em execução, sendo seu

conteúdo perdido quando o equipamento é desligado.

- b) A memória ROM é utilizada principalmente para armazenar dados temporários dos programas em execução, permitindo leitura e gravação contínuas pelo processador.
- c) A memória cache possui maior capacidade de armazenamento que a memória RAM e é utilizada como principal local de armazenamento dos arquivos do usuário.
- d) A memória secundária, como SSDs e discos rígidos, depende de energia elétrica contínua para manter os dados armazenados.
- e) A memória virtual substitui completamente a memória RAM física, permitindo que o computador execute programas sem utilizar a memória principal.

21. Um administrador de sistemas utiliza o Linux para gerenciar usuários, arquivos e recursos do computador por meio do terminal. Considerando a estrutura de diretórios e os comandos desse sistema operacional, assinale a alternativa correta.

- a) O comando `ls` é utilizado para alterar permissões de arquivos e diretórios, definindo quais usuários podem acessá-los.
- b) O diretório `/bin` é destinado exclusivamente ao armazenamento de arquivos pessoais dos usuários cadastrados no sistema.
- c) O comando `chmod` permite modificar as permissões de acesso de arquivos e diretórios no Linux, definindo regras para usuários, grupos e outros.
- d) O diretório `/etc` armazena apenas arquivos temporários criados durante a execução de programas pelos usuários.
- e) O comando `cd` permite visualizar informações detalhadas sobre arquivos, incluindo tamanho, proprietário e permissões de acesso.

22. Um usuário está elaborando um relatório no Microsoft Word e precisa organizar o documento em partes com diferentes configurações de layout, como orientação de página e numeração independente. Considerando o recurso de quebras no Word, assinale a alternativa correta.

- a) A quebra de linha cria uma nova seção no documento, permitindo aplicar diferentes margens e orientações de página a partir do ponto inserido.
- b) A quebra de página apenas oculta o conteúdo da página anterior, mantendo o texto no mesmo fluxo de edição sem alterar a estrutura do documento.
- c) A quebra de seção possui a mesma função da tecla Enter, sendo utilizada apenas para criar novos parágrafos no documento.
- d) A quebra de seção permite dividir o documento em partes independentes, possibilitando aplicar diferentes formatações de página, cabeçalhos e rodapés em cada seção.
- e) A quebra de coluna é utilizada exclusivamente para iniciar um novo documento, preservando o conteúdo existente no arquivo original.

23. Um usuário utiliza o LibreOffice Calc para realizar cálculos em uma planilha de controle financeiro. Durante a elaboração da planilha, precisa diferenciar fórmulas inseridas diretamente pelo usuário e funções disponibilizadas pelo aplicativo. Considerando os recursos de fórmulas e funções do Calc, assinale a alternativa correta.

- a) As fórmulas do Calc podem ser inseridas sem o sinal de igualdade (=), pois o programa identifica automaticamente qualquer expressão matemática digitada em uma célula.
- b) As funções do Calc são fórmulas predefinidas que realizam cálculos específicos, podendo receber valores, referências de células ou intervalos como argumentos.
- c) Uma fórmula criada pelo usuário utiliza obrigatoriamente apenas funções existentes no Calc, não permitindo operadores matemáticos ou referências diretas a células.

d) As funções estatísticas do Calc não podem ser combinadas com referências de células, sendo aplicáveis apenas a valores digitados diretamente na própria função.

e) A alteração do valor de uma célula utilizada em uma fórmula não provoca atualização dos resultados, pois o Calc mantém o valor calculado originalmente.

24. Considerando as características de plataformas como Microsoft Teams, Google Meet, Zoom, Skype e Google Chat, assinale a alternativa correta.

- a) Ferramentas de reuniões on-line permitem a realização de videoconferências, podendo oferecer recursos adicionais como compartilhamento de tela, envio de mensagens e colaboração entre participantes.
- b) O Microsoft Teams é destinado exclusivamente ao envio de mensagens instantâneas, não permitindo reuniões por vídeo ou integração com outros recursos de colaboração.
- c) O Google Chat substitui integralmente plataformas de videoconferência, pois não possui limitações relacionadas à realização de reuniões com participantes externos.
- d) O Zoom, o Google Meet e o Skype funcionam apenas em computadores, não sendo compatíveis com dispositivos móveis para comunicação remota.
- e) Ferramentas colaborativas de comunicação não permitem controle de participantes, pois todos os usuários conectados possuem automaticamente os mesmos privilégios durante uma reunião.

25. Um servidor utiliza o correio eletrônico institucional para enviar documentos e se comunicar com diferentes setores. Durante o uso do serviço de e-mail, é necessário compreender os recursos disponíveis para envio, recebimento e organização das mensagens. Assinale a alternativa correta.

- a) O campo CCO permite que todos os destinatários visualizem os demais endereços incluídos na mesma mensagem, funcionando de forma semelhante ao campo Para.
- b) Ao anexar um arquivo a uma mensagem de e-mail, o documento é incorporado permanentemente ao servidor de correio e deixa de existir no dispositivo de origem.
- c) O recurso Responder a todos envia uma nova mensagem apenas ao remetente original, ignorando os demais participantes da comunicação.
- d) O recebimento de mensagens por um cliente de e-mail elimina a necessidade de utilização de protocolos de comunicação, pois o conteúdo é transferido diretamente entre os usuários.
- e) O envio de anexos por correio eletrônico depende das limitações definidas pelo serviço utilizado, podendo haver restrições quanto ao tamanho dos arquivos enviados.

26. Uma organização utiliza mecanismos de proteção para reduzir riscos relacionados a códigos maliciosos e acessos indevidos à rede corporativa. Considerando as funções de antivírus e firewall, assinale a alternativa correta.

- a) O firewall substitui completamente o antivírus, pois realiza a identificação e remoção de todos os tipos de malwares presentes nos arquivos armazenados no computador.
- b) O antivírus atua exclusivamente no controle do tráfego de rede, impedindo conexões não autorizadas entre o computador e a Internet.
- c) O firewall pode controlar o tráfego de rede com base em regras definidas, enquanto o antivírus

atua na detecção e remoção de ameaças como malwares.

- d) A utilização de antivírus elimina a necessidade de atualização dos sistemas operacionais, pois as ameaças são bloqueadas independentemente de vulnerabilidades existentes.
- e) O firewall permite automaticamente qualquer comunicação realizada por aplicativos instalados, pois sua função principal é apenas monitorar o desempenho da rede.

ATUALIDADES

Rodolfo Gracioli

27. Em agosto de 2026, uma nova onda migratória em Ceuta chamou a atenção das autoridades europeias e africanas. A localização estratégica desse território transforma a região em uma das principais rotas de entrada irregular de migrantes na União Europeia pelo continente africano.

A crise migratória em Ceuta envolve diretamente quais países?

- a) Argélia e França.
- b) Tunísia e Itália.
- c) Marrocos e Espanha.
- d) Líbia e Itália.
- e) Egito e Grécia.

28. Em junho de 2026, autoridades sanitárias internacionais intensificaram o monitoramento de um surto de uma das doenças virais mais letais do mundo, após o número de casos ultrapassar a marca de mil infectados. O avanço da doença mobilizou organismos internacionais e reacendeu preocupações com a capacidade de resposta dos sistemas de saúde da região afetada”. (Fonte: G1 – “Surto de ebola supera mil casos”, 22/06/2026)

Em qual país foi registrado o surto de ebola que ultrapassou mil casos em 2026?

- a) Uganda
- b) República Democrática do Congo
- c) Sudão do Sul
- d) Serra Leoa
- e) Ruanda

29. Em julho de 2026, o governo brasileiro avaliou os impactos de uma nova medida tarifária dos Estados Unidos sobre produtos exportados pelo Brasil. Segundo os dados apresentados, a cobrança atingiria 16,5% dos envios brasileiros ao mercado norte-americano.

Qual foi a **taxa estabelecida** pelo novo tarifaço norte-americano sobre os produtos atingidos?

- a) 27,5%.
- b) 32,5%.
- c) 35,0%.
- d) 37,5%.
- e) 40,0%.

30. Em junho de 2026, foi oficialmente confirmada a vitória de um candidato nas eleições presidenciais da Colômbia. O resultado marcou uma mudança na orientação política do país e teve ampla repercussão na América Latina”. (Fonte: G1 – “Eleições na Colômbia, 25/06/2026).

Quem venceu as eleições presidenciais da Colômbia em 2026 e qual sua orientação ideológica?

- a) Gustavo Bolívar – esquerda.

- b) Sergio Fajardo – centro-esquerda.
- c) Abelardo De la Espriella – direita.
- d) Francia Márquez – esquerda.
- e) Germán Vargas Lleras – centro.

31. “Em 2025, o Brasil registrou uma mudança inédita no perfil dos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado. Pela primeira vez em anos, uma nacionalidade superou os venezuelanos, que tradicionalmente lideravam as solicitações junto às autoridades brasileiras. (Fonte: G1, 22/06/2026).

Qual nacionalidade liderou os pedidos de refúgio no Brasil em 2025?

- a) Haitianos.
- b) Cubanos.
- c) Sírios.
- d) Venezuelanos.
- e) Afegãos.

32. Em maio de 2026, uma comissão responsável por reexaminar episódios do período autoritário brasileiro aprovou um relatório que contrariou a versão oficial sustentada durante décadas sobre a morte de um ex-presidente da República. A conclusão reacendeu debates sobre memória, verdade e justiça relacionados ao regime militar brasileiro”. (Fonte: G1, 29/05/2026)

O relatório aprovado em 2026 concluiu que a ditadura militar esteve envolvida na morte de qual ex-presidente brasileiro?

- a) Juscelino Kubitschek
- b) Jânio Quadros
- c) João Goulart
- d) Getúlio Vargas
- e) Eurico Gaspar Dutra

33. Em maio de 2026, o Brasil celebrou o centenário de nascimento de um dos mais importantes intelectuais da história nacional. Reconhecido internacionalmente por suas contribuições à Geografia e por suas análises sobre globalização, urbanização e desigualdades socioespaciais, sua obra permanece referência em universidades de diversos países”. (Fonte: Agência Brasil, maio de 2026)

O centenário celebrado em 2026 refere-se a qual intelectual brasileiro?

- a) Florestan Fernandes
- b) Milton Santos
- c) Paulo Freire
- d) Abdias do Nascimento
- e) Darcy Ribeiro

CONHECIMENTOS SOBRE PORTO VELHO/RO E RONDÔNIA

Sérgio Henrique

34. A ocupação urbana de Porto Velho reflete a hierarquia social desde a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Bairros e logradouros históricos guardam resquícios dessa época. Sobre esse processo, assinale a alternativa correta:

- a) O bairro Triângulo, um dos mais antigos da cidade, foi projetado para abrigar os engenheiros e funcionários de alto escalão da ferrovia, sendo considerado o primeiro conjunto habitacional planejado do Brasil.
- b) A Praça Jonathas Pedrosa, primeira praça projetada do estado, foi concebida pelo governador Jonathas de Freitas Pedrosa, que a idealizou como espaço de lazer e civismo para a nova capital.
- c) O bairro Caiari, núcleo inicial do planejamento urbano de Porto Velho, foi projetado para abrigar engenheiros e funcionários de alto escalão da ferrovia, sendo considerado um dos primeiros

conjuntos habitacionais do Brasil, inaugurado em 1940 pelo presidente Getúlio Vargas.

- d) O bairro Arigolândia surgiu como moradia da população afro-caribenha migrada para a construção da ferrovia, que permanecia em quarentena antes de ser incorporada ao trabalho na Madeira-Mamoré.
- e) A Rua Divisória, atual Avenida Presidente Dutra, separava o lado brasileiro — dotado de energia elétrica, hospital e cinema — do lado americano, uma cidade pobre que se formava com migrantes vindos dos seringais.

35. A história de Porto Velho também foi escrita por mulheres que atuaram na educação, na cultura, na política e na saúde, deixando legados que permanecem vivos na memória da capital. Sobre essas personalidades, assinale a alternativa correta:

- a) Janilene Vasconcelos foi a primeira mulher eleita governadora de Rondônia, em 1984, após vencer as eleições estaduais daquele ano.
- b) Antônia Lúcia Palitot, primeira engenheira ferroviária da Madeira-Mamoré, foi também a primeira vereadora de Porto Velho, destacando-se na política municipal.
- c) Marise Castiel transformou a educação no Território do Guaporé, fundou a escola de samba Pobres do Caiari e foi a primeira vereadora do município de Porto Velho.
- d) Mãe Esperança Rita, parteira e liderança de matriz africana, foi educadora e guardiã da memória das famílias barbadianas que migraram para a construção da ferrovia.
- e) Úrsula Maloney, educadora e guardiã da memória das famílias barbadianas, foi a primeira mulher a assumir o governo de Rondônia, ainda na década de 1980.

36. A economia de Rondônia estruturou-se a partir de sucessivos ciclos econômicos que moldaram a ocupação do território e a composição atual do produto interno bruto estadual. Sobre a economia do estado, assinale a alternativa correta:

- a) O setor secundário é o principal componente do PIB rondoniense, impulsionado pela indústria de transformação e pela construção civil, que superam a participação dos serviços.
- b) A economia do estado foi formada exclusivamente pelo ciclo da borracha, permanecendo essencialmente extrativista até os dias atuais, com reduzida diversificação produtiva.
- c) A economia rondoniense foi moldada por ciclos como o da borracha, da cassiterita, do ouro, da madeira e da expansão da fronteira agrícola, sendo o setor terciário o que mais contribui para o PIB estadual, seguido pelo setor primário.
- d) O setor primário é o que mais contribui para o PIB de Rondônia, em razão do protagonismo da pecuária bovina e da produção de grãos, que superam a participação dos serviços.
- e) A construção das usinas hidrelétricas do rio Madeira representou o primeiro grande ciclo econômico do estado, anterior ao ciclo da borracha, que só se desenvolveu após a criação do Território Federal.

37. Os aspectos naturais de Porto Velho condicionam a vida urbana e as atividades econômicas do município, desde o regime de chuvas até a dinâmica dos rios que cortam seu território. Sobre esses aspectos, assinale a alternativa correta:

- a) O clima do município é o equatorial, quente e úmido, com elevada amplitude térmica anual e uma única estação chuvosa bem definida, influenciada pela Massa Equatorial Continental e pela Zona de Convergência Intertropical.
- b) A hidrografia municipal é dominada pelo rio Madeira, maior afluente da margem esquerda do rio Amazonas, que sofre com o assoreamento e a poluição decorrentes do garimpo e da expansão urbana desordenada.

c) O relevo do município é composto por planícies e depressões amazônicas, com subsolo rico em minerais como cassiterita e ouro, e o território abriga áreas protegidas como o Parque Natural Municipal de Porto Velho e a RESEX do Lago do Cuniã.

d) O regime pluviométrico do município apresenta uma única estação menos chuvosa ao longo de todo o ano, sem variação sazonal, em razão da atuação permanente da Zona de Convergência Intertropical sobre a região.

e) O rio Madeira, por ser o principal curso d'água do município, é o único rio que integra o sistema hídrico de Porto Velho, sendo os demais rios locais afluentes de bacias vizinhas fora do território municipal.

38. O perfil demográfico de Porto Velho reflete a dinâmica migratória e a posição da capital como polo de atração regional. Sobre a população do município, assinale a alternativa correta:

- a) A pirâmide etária do município apresenta base estreita e topo alargado, indicando população predominantemente idosa, em estágio avançado de transição demográfica.
- b) O município concentra parcela expressiva da população estadual, com densidade demográfica relativamente baixa, estrutura etária ainda jovem e forte presença de população em idade ativa, fenômeno associado aos fluxos migratórios que alimentam o chamado bônus demográfico.
- c) A população do município é majoritariamente rural, com taxa de urbanização inferior à metade dos habitantes, em razão da extensão territorial e das atividades agropecuárias predominantes.
- d) O movimento pendular caracteriza-se pelo deslocamento diário de moradores de Porto Velho para os municípios vizinhos, que concentram os serviços de saúde, educação e emprego da região.
- e) O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Porto Velho é classificado como médio, sendo a renda per capita o pior indicador entre as três dimensões que compõem o índice.

39. A posição geográfica de Porto Velho confere ao município papel singular no contexto nacional, tanto pela sua condição fronteiriça quanto pela sua função na hierarquia urbana e no planejamento regional. Sobre esses aspectos, assinale a alternativa correta:

- a) Porto Velho é classificada como Metrópole na hierarquia urbana brasileira, por exercer máxima influência sobre o estado de Rondônia e o sul do Amazonas.
- b) O território municipal faz fronteira com a Bolívia pelo rio Madeira, uma vez que a sede do município está distante da linha de fronteira.
- c) Porto Velho é a única capital brasileira cujo território faz fronteira com outro país, sendo também o município mais populoso da faixa de fronteira, e integra a Região I de planejamento estadual, juntamente com Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste.
- d) O município possui a menor extensão territorial de Rondônia, o que limita sua atuação como corredor de exportação e integração da Amazônia Ocidental.
- e) Os limites municipais de Porto Velho alcançam apenas municípios do próprio estado de Rondônia, não havendo contato territorial com os estados do Amazonas e do Acre.

40. A pauta exportadora de Rondônia reflete a força do agronegócio e a posição do estado entre os exportadores da Região Norte, com destaque para o escoamento da produção pela calha do rio Madeira. Sobre esse cenário, assinale a alternativa correta:

- a) A carne bovina lidera a pauta exportadora estadual, e Rondônia é o maior exportador de carne da Região Norte. A soja e o milho também são destaques da produção agropecuária de Rondônia e do Mato Grosso, escoadas pela calha do rio Madeira.
- b) O milho é o principal produto da pauta exportadora de Rondônia, que ocupa a liderança entre os exportadores de milho da Região Norte, posição mantida à frente do Tocantins.
- c) O volume de soja e milho escoado pela calha do rio Madeira cresceu de forma contínua e acelerada em razão da produção constante e da plena navegabilidade ao longo do ano, superando todos os recordes anteriores do estado.
- d) As exportações rondonienses são dominadas por produtos industrializados da cadeia do agronegócio, como maquinário e equipamentos, sendo o maior valor agregado exportado, superando as commodities.
- e) A produção de soja e milho escoada pela calha do rio Madeira é exclusivamente rondoniense e destina-se prioritariamente ao mercado interno, e a menor parte integra-se às cadeias de exportação do estado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO***Rodrigo Bet*

41. No que se refere à Administração Pública Direta e Indireta, à luz das regras constitucionais e legais sobre a organização administrativa, assinale a opção **correta**.

- a) A Administração Pública Direta é composta exclusivamente pelas entidades administrativas criadas pelo Estado, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, todas dotadas de personalidade jurídica própria.
- b) As entidades integrantes da Administração Pública Indireta não possuem personalidade jurídica própria, pois atuam em nome do ente político que as criou, sendo consideradas meros órgãos descentralizados da Administração Direta.
- c) A Administração Pública Direta é formada pelos entes políticos — União, Estados, Distrito Federal e Municípios — e pelos órgãos que integram suas estruturas administrativas, os quais não possuem personalidade jurídica própria.
- d) A Administração Pública Indireta abrange, além das entidades administrativas, as pessoas físicas e jurídicas privadas que prestam serviços públicos mediante concessão, permissão ou autorização.
- e) As entidades da Administração Pública Indireta são órgãos internos da Administração Direta, criados por meio de desconcentração administrativa, sem autonomia administrativa ou patrimonial

42. Em relação às autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, especialmente quanto à criação e ao regime jurídico, assinale a opção **correta**.

- a) Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista são todas criadas diretamente por lei específica, adquirindo personalidade jurídica imediatamente após a publicação da lei instituidora.
- b) A autarquia é criada diretamente por lei específica, adquirindo personalidade jurídica com a própria lei criadora, enquanto empresa pública e sociedade de economia mista têm sua instituição autorizada por lei específica, dependendo de posterior constituição e registro.
- c) A empresa pública adquire personalidade jurídica automaticamente com a publicação da lei autorizativa, sendo o registro de seus atos constitutivos mera formalidade administrativa.
- d) A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito público e integra a Administração Direta, por desempenhar atividade de interesse coletivo sob controle estatal.
- e) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, sujeitas predominantemente ao regime jurídico privado e dependentes de registro para aquisição de personalidade jurídica

43. No que se refere aos princípios da moralidade, impessoalidade, eficiência, indisponibilidade do interesse público e proporcionalidade, assinale a opção **correta**.

- a) O princípio da proporcionalidade exige que os atos administrativos sejam adequados à finalidade legal, vedando decisões arbitrárias, desproporcionais ou que imponham restrições excessivas aos administrados.
- b) O princípio da indisponibilidade do interesse público autoriza o administrador a renunciar a direitos da Administração sempre que entender que tal medida atende, de forma subjetiva, ao interesse coletivo.
- c) O princípio da eficiência permite que formalidades legais sejam relativizadas quando o administrador entender que sua observância comprometerá a rapidez do serviço público.
- d) O princípio da moralidade somente é violado quando há enriquecimento ilícito ou prejuízo material ao erário.
- e) O princípio da impessoalidade restringe-se às hipóteses de concurso público, não se aplicando a licitações ou à divulgação de atos administrativos.

44. No que se refere aos poderes administrativos — especialmente aos poderes hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia — considerando seus fundamentos, suas características estruturais e seus limites jurídicos, assinale a opção **correta**.

- a) O poder disciplinar decorre diretamente da supremacia geral da Administração sobre os administrados, sendo expressão do poder de império estatal, razão pela qual autoriza a aplicação de sanções administrativas a qualquer particular que descumpra normas administrativas, ainda que não exista vínculo jurídico específico entre este e o Poder Público.
- b) O poder hierárquico restringe-se à organização interna dos órgãos administrativos, não abrangendo prerrogativas como revisão de atos praticados por subordinados, delegação de

competências ou solução de conflitos de competência, pois tais medidas dependem de previsão legal autônoma e não decorrem automaticamente da estrutura vertical da Administração.

- c) O poder regulamentar, enquanto expressão da função normativa do Poder Executivo, permite a edição de atos destinados à fiel execução da lei, não podendo inovar na ordem jurídica, criar obrigações não previstas no texto legal ou substituir o legislador na disciplina de matérias reservadas à lei.
- d) O poder de polícia caracteriza-se por incidir exclusivamente sobre atividades privadas que atentem contra a ordem pública, exercendo-se apenas de forma repressiva e mediante prévia intervenção do Poder Judiciário, em razão da necessidade de observância do devido processo legal.
- e) O poder regulamentar e o poder discricionário possuem idêntico fundamento jurídico, pois ambos asseguram ampla liberdade de atuação à Administração para escolher, com base na conveniência e oportunidade, o conteúdo normativo a ser editado

45. A respeito do poder de polícia administrativa, seus atributos, formas de manifestação e limites jurídicos, assinale a opção **correta**.

- a) O poder de polícia exerce-se exclusivamente de forma repressiva, mediante aplicação de sanções após a prática de infração administrativa, não sendo admitida atuação preventiva que imponha condicionamentos ao exercício de direitos individuais.
- b) O poder de polícia, por sua natureza, não admite qualquer possibilidade de delegação de atos, ainda que se trate de fases instrumentais ou acessórias.
- c) O poder de polícia é sempre integralmente vinculado, não havendo qualquer margem de apreciação quanto à conveniência ou oportunidade na definição das medidas administrativas cabíveis.
- d) O poder de polícia depende necessariamente de autorização judicial prévia para sua execução, ainda que a lei autorize a atuação direta da Administração.
- e) O poder de polícia incide sobre bens, direitos e atividades dos administrados, podendo manifestar-se de forma preventiva ou repressiva e apresentando, entre seus atributos, a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade

46. No que se refere à convalidação dos atos administrativos, assinale a opção **correta**.

- a) A convalidação é admitida para qualquer vício existente no ato administrativo, inclusive aqueles relacionados à finalidade e ao objeto ilícito, desde que a Administração entenda presente o interesse público na manutenção do ato.
- b) A convalidação constitui modalidade de invalidação parcial do ato administrativo, produzindo efeitos exclusivamente prospectivos e impedindo que o ato retroaja à data de sua edição original.
- c) A convalidação é o ato pelo qual a Administração sana vício sanável existente em ato anterior, preservando-o no ordenamento jurídico e atribuindo-lhe efeitos retroativos à data de sua

prática, desde que não haja lesão ao interesse público ou a terceiros.

- d) A convalidação é instituto aplicável exclusivamente a atos discricionários, uma vez que atos vinculados, por dependerem de estrita observância legal, não admitem qualquer forma de saneamento posterior.
- e) A convalidação, uma vez realizada, impede qualquer forma de controle judicial posterior, tornando o ato definitivo e imune a questionamentos quanto à sua legalidade

47. Com base nas formas de extinção do ato administrativo — especialmente anulação, revogação, cassação e convalidação — assinale a opção **correta**.

- a) A anulação é forma de extinção de ato administrativo válido, fundamentada em razões de conveniência e oportunidade, produzindo efeitos exclusivamente prospectivos, preservando integralmente os efeitos já produzidos.
- b) A revogação constitui medida de invalidação do ato administrativo ilegal, podendo ser promovida tanto pela própria Administração quanto pelo Poder Judiciário, sempre que constatada desconformidade com o ordenamento jurídico.
- c) A convalidação pode alcançar qualquer vício existente no ato administrativo, inclusive vícios relativos à finalidade e ao motivo, desde que não haja prejuízo ao interesse público.
- d) A cassação é modalidade de extinção do ato administrativo que ocorre quando o beneficiário deixa de cumprir condição indispensável à manutenção do ato, tornando incompatível sua permanência com a ordem jurídica.
- e) O ato administrativo nulo não produz qualquer efeito jurídico desde sua origem, inexistindo presunção de legitimidade que lhe permita gerar efeitos até pronunciamento formal de invalidação

48. No que se refere ao controle judicial dos atos administrativos, suas características, fundamentos constitucionais e limites de atuação do Poder Judiciário, assinale a opção **correta**.

- a) O controle judicial incide sobre a legalidade e o mérito dos atos administrativos, podendo o juiz substituir a decisão administrativa por outra que entenda mais conveniente ou oportuna para o interesse público.
- b) O controle judicial depende, em regra, de provocação do interessado ou legitimado, possui natureza externa e, normalmente, incidindo sobre atos administrativos que já produziram ou estejam produzindo efeitos.
- c) O Poder Judiciário pode revogar atos administrativos ilegais ou inconvenientes, desde que identifique lesão ou ameaça a direito do administrado.
- d) O controle judicial é considerado interno, pois o Poder Judiciário integra a estrutura estatal responsável pela atuação administrativa.
- e) O controle judicial somente pode incidir sobre atos administrativos praticados pelo Poder Executivo, não alcançando atos administrativos editados pelos Poderes Legislativo e Judiciário

49. No que se refere ao controle da Administração Pública, considerando suas classificações quanto à extensão, natureza e âmbito da Administração, bem como as distinções entre controle interno, externo, de legalidade e de mérito, assinale a opção **correta**.

- a) O controle interno de legalidade ocorre quando o próprio Poder responsável pela edição do ato administrativo examina sua conformidade com o ordenamento jurídico, podendo anulá-lo quando eivado de vício, no exercício do poder-dever de autotutela.
- b) O controle de mérito pode ser exercido indistintamente pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sempre que houver alegação de lesão ou ameaça a direito, uma vez que o princípio da inafastabilidade da jurisdição impede

qualquer limitação ao exame judicial da atividade administrativa.

- c) O controle externo caracteriza-se por ser exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário, que possui competência para analisar tanto a legalidade quanto a conveniência e oportunidade dos atos administrativos praticados pelos demais Poderes, podendo anulá-los ou revogá-los conforme o caso.
- d) O controle por vinculação decorre da existência de relação hierárquica entre a Administração Direta e as entidades da Administração Indireta, sendo pleno, permanente e automático, ainda que inexistente previsão legal específica.
- e) O controle externo somente pode ser exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas, sendo vedado ao Poder Judiciário realizar controle externo sobre atos administrativos praticados por outros Poderes

50. No que se refere aos requisitos para a demonstração da responsabilidade civil do Estado sob a teoria do risco administrativo, prevista na Constituição Federal, assinale a opção **correta**.

- a) A responsabilização objetiva do Estado exige, necessariamente, a comprovação do dolo ou da culpa do agente público, além da existência do dano e do nexo causal.
- b) Para que haja responsabilidade objetiva do Estado, basta a comprovação da existência do dano, sendo irrelevante a demonstração do nexo causal entre a atuação estatal e o prejuízo sofrido pelo particular.
- c) A responsabilidade objetiva do Estado depende da comprovação da ocorrência do dano, da existência de uma ação administrativa, do nexo causal entre a ação estatal e o prejuízo e da ausência de causa excludente da responsabilidade.
- d) A responsabilidade do Estado será objetiva apenas quando demonstrada a falha do serviço público, sendo dispensável a existência de dano concreto ao particular.
- e) A responsabilidade objetiva do Estado somente se configura quando houver dano, nexo causal e comprovação de culpa concorrente do particular

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL*Emerson Bruno*

51. Com base nas normas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, indique a alternativa que apresenta corretamente um dos princípios que orientam as relações internacionais do Brasil.

- a) Dependência nacional
- b) Dignidade da pessoa humana
- c) Prevalência dos direitos humanos
- d) Pluralismo político
- e) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

52. A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, à luz do que nos leciona a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) É garantido que todos possam reunir-se de forma pacífica, sem armas, em locais não abertos ao público, sem necessidade de autorização, ainda que isso impeça a realização de outra reunião previamente marcada para o mesmo local, exigindo-se apenas comunicação prévia à autoridade competente
- b) Mesmo diante de situação de iminente perigo público, a autoridade competente fica impedida de utilizar propriedade particular, ainda que haja possibilidade de indenização posterior.
- c) A locomoção em território nacional é livre em tempos de paz, permitindo que qualquer pessoa, conforme autorização prévia prevista em lei, nele ingresse, permaneça ou dele saia com os seus bens.
- d) A liberdade de associação para fins lícitos é assegurada plenamente, incluindo aquelas de natureza institucional paramilitar
- e) É garantido a todos o direito de acesso à informação, preservando-se o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional.

53. Em relação aos direitos sociais, assinale a alternativa correta.

- a) Os direitos sociais compreendem a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a propriedade, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a

previdência social, a proteção à maternidade e à infância, além da assistência aos desamparados.

- b) Entre os direitos assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais está o repouso semanal remunerado, que deve ocorrer obrigatoriamente aos domingos.
- c) É proibida a dispensa do empregado sindicalizado desde o registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, caso seja eleito, inclusive como suplente, essa proteção se estende até um ano após o término do mandato, exceto nos casos de falta grave prevista em lei.
- d) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é opcional.
- e) Nas empresas com mais de cento e cinquenta empregados, garante-se a eleição de um representante dos trabalhadores, cuja função exclusiva é promover o diálogo direto com os empregadores.

54. A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A conversão de um Território Federal em Estado será disciplinada pela Constituição Estadual correspondente.
- b) Caso existam territórios, não poderiam ser divididos em Municípios.
- c) Os Territórios Federais pertencem à União e também ao Estado federado onde estiverem situados.
- d) Se houver Territórios, estes escolheriam quatro deputados federais e três senadores para representá-los.
- e) Nos Territórios Federais com população superior a cem mil habitantes, além do Governador nomeado conforme esta Constituição, deverão existir órgãos do Judiciário de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

55. Com base nas normas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca das Guardas Municipais, assinale a alternativa correta.

- a) É inconstitucional o porte de arma de fogo por integrantes das guardas municipais de municípios que possuam menos de 50.000 habitantes.
- b) As guardas municipais não possuem competência para exercer a fiscalização de trânsito nem para aplicar multas, função restrita às polícias militares e civis.
- c) As guardas municipais integram o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e o conceito amplo do sistema de segurança pública constitucional, sendo legítima sua atuação na proteção de bens, serviços e instalações municipais.
- d) A Constituição Federal atribui às guardas municipais a condição de forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro, equiparando seu regime ao das Polícias Militares.
- e) A criação de guardas municipais é obrigatória para todos os Municípios brasileiros que possuam população superior a 100.000 habitantes, dependendo de autorização federal.

independentemente de nacionalidade, sexo, etnia, credo ou qualquer outra condição.

- d) A historicidade indica que os direitos humanos surgiram todos de uma só vez, com a Declaração Universal de 1948, sendo desde então imutáveis.
- e) Os direitos de terceira dimensão são individuais e de titularidade exclusiva do Estado, como os direitos sociais, econômicos e culturais.

57. Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1948, é correto afirmar que:

- a) Prevê expressamente que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- b) Admite a escravidão em situações excepcionais de guerra declarada.
- c) Foi adotada sob a forma de tratado internacional, com força vinculante imediata e cláusulas de sanção aos Estados violadores.
- d) Assegura a presunção de culpa do acusado até que prove sua inocência em processo público.
- e) Restringe o direito de asilo apenas a nacionais de países membros do Conselho de Segurança da ONU.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

56. Acerca do conceito, das características e das dimensões dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- a) A característica da inalienabilidade permite que o titular renuncie definitivamente a seus direitos humanos, desde que o faça de forma expressa e por escrito.
- b) Os direitos de segunda dimensão correspondem às liberdades civis e políticas, exigindo abstenção do Estado (prestação negativa).
- c) A universalidade significa que os direitos humanos são titularizados por todas as pessoas,

58. A respeito da Lei nº 7.716/1989 (crimes de preconceito), da injúria racial e da Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), assinale a alternativa correta.

- a) Os crimes de racismo são afiançáveis e prescrevem em cinco anos, conforme previsão constitucional expressa.
- b) A injúria racial consiste em ofensa dirigida a pessoa determinada com utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia ou procedência nacional, e passou a ser tratada, por alteração legislativa, como crime de racismo, na Lei nº 7.716/1989.
- c) O Estatuto da Igualdade Racial destina-se exclusivamente a reparações pecuniárias individuais, vedando políticas de ações afirmativas.
- d) Recusar acesso a estabelecimento comercial em razão da cor do cliente é conduta atípica, punível apenas na esfera administrativa.
- e) A Constituição Federal prevê que a prática do racismo constitui contravenção penal sujeita apenas a pena de multa.

59. Um policial militar, durante abordagem a indivíduo desarmado que resiste passivamente à ordem de identificação, efetua disparo de arma de fogo letal contra ele. Considerando os princípios do uso da força pelos agentes de segurança pública (legalidade, necessidade, proporcionalidade e progressividade), assinale a alternativa correta.

- a) A conduta foi correta, pois a resistência do abordado, ainda que passiva, autoriza de imediato o uso de força letal.
- b) A conduta violou os princípios da necessidade e da proporcionalidade, sendo uma resposta desproporcional à resistência oferecida.
- c) O uso da força letal é sempre vedado ao agente de segurança pública, em qualquer circunstância, ainda que para defesa da própria vida.
- d) Não é legítimo o uso de arma de fogo, contra pessoa em fuga, mesmo diante de agressão letal iminente contra terceiros.

e) A proporcionalidade exige apenas que o agente esteja em serviço e fardado no momento do emprego da força.

60. Considerando os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), assinale a alternativa correta.

- a) A Constituição Federal e a DUDH admitem a tortura quando necessária à obtenção de informações relacionadas à segurança nacional.
- b) A liberdade de manifestação do pensamento é assegurada pela Constituição Federal, inclusive de forma anônima, enquanto a DUDH proíbe expressamente o anonimato.
- c) A Constituição Federal estabelece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, enquanto a DUDH reconhece que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.
- d) O direito de propriedade é absoluto tanto na Constituição Federal quanto na DUDH, não podendo sofrer limitações de interesse coletivo.
- e) A presunção de inocência está prevista apenas na Constituição Federal, não encontrando correspondência na DUDH.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL*Renan Araujo*

61. Camila, brasileira, subtraiu o celular de Valentina, paraguaia, quando ambas viajavam em uma embarcação particular, partindo de Assunção (Paraguai) com destino a Foz do Iguaçu (Brasil), praticando conduta tipificada no Brasil como furto. No momento do fato, a embarcação, de propriedade de empresa privada paraguaia, ainda estava atracada no porto fluvial de Assunção. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- a) será aplicável a lei penal brasileira, se preenchidas as condições legais, pelo princípio da nacionalidade ativa
- b) será aplicável a lei penal brasileira, se preenchidas as condições legais, pelo princípio da nacionalidade passiva
- c) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade ativa, ainda que Camila seja absolvida ou condenada no estrangeiro
- d) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da bandeira, ainda que Camila seja absolvida ou condenada no estrangeiro
- e) não será possível a aplicação da lei penal brasileira

62. A culpabilidade constitui o terceiro elemento do conceito analítico de crime, representando o juízo de reprovação que recai sobre o autor do fato típico e ilícito. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma causa de exclusão da culpabilidade:

- a) embriaguez accidental completa, decorrente de caso fortuito ou força maior
- b) erro de proibição inevitável (escusável)
- c) transtorno mental que reduza a capacidade de entendimento do agente acerca do caráter ilícito do fato
- d) inimputabilidade decorrente da menoridade penal
- e) coação moral irresistível

63. Caso o agente, voluntariamente, restitua a coisa ou repare o dano antes do recebimento da denúncia ou queixa, ocorrerá:

- a) arrendimento eficaz, respondendo o agente apenas pelos atos já praticados
- b) arrendimento posterior, causa de diminuição de pena de um a dois terços, desde que o crime tenha sido cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa
- c) arrendimento posterior, causa de diminuição de pena de um a dois terços, ainda que o crime tenha sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa
- d) arrendimento eficaz, causa de diminuição de pena de um a dois terços
- e) arrendimento eficaz, causa de diminuição de pena de um a dois terços, desde que o crime tenha sido cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa

64. Durante patrulhamento em uma feira livre, o guarda civil municipal Sérgio precisou intervir após presenciar Rafael, exaltado em razão de um desentendimento, desferir diversos golpes contra Camila, desconhecida até então. Nesse caso, é correto afirmar que haverá crime de:

- a) lesão corporal grave, se Camila ficar permanentemente incapacitada para o trabalho
- b) lesão corporal leve, ainda que Camila fique permanentemente incapacitada para o trabalho
- c) lesão corporal gravíssima, caso as agressões provoquem aceleração de parto em Camila
- d) lesão corporal grave, caso Camila sofra perda da visão em razão das agressões
- e) lesão corporal gravíssima, caso Camila sofra deformidade permanente em razão das agressões

65. Vinícius, integrante da Guarda Municipal de Porto Velho, realizava ronda preventiva nas proximidades de um monumento histórico local quando avistou um indivíduo, posteriormente identificado como Douglas, iniciando a pichação do bem público. Vinícius deu voz de prisão ao infrator, determinando que este entregasse o material utilizado. Douglas, para impedir a atuação do agente e garantir sua fuga, desferiu um soco violento contra o guarda, arremessando-o ao chão, e evadiu-se do local sem ser detido.

Diante desse cenário, a conduta de Douglas, ao se opor à prisão mediante violência:

- a) configura o crime de resistência, sem prejuízo das penas relativas à violência empregada
- b) configura o crime de desobediência
- c) configura o crime de desacato
- d) configura, unicamente, o crime de lesão corporal dolosa
- e) configura fato atípico, por se tratar de legítimo exercício da autodefesa

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

66. Durante a apuração de um crime de furto, o delegado de polícia responsável pela investigação recebeu notícia informal de que o suspeito estaria se preparando para deixar o país. Diante disso, o delegado determinou, de ofício, a instauração do inquérito policial, independentemente de qualquer provocação, por se tratar de crime de ação penal pública incondicionada.

Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta a respeito do inquérito policial:

- a) O inquérito policial é peça processual indispensável, não podendo o Ministério Público oferecer denúncia sem que exista prévio inquérito regularmente instaurado e concluído.
- b) Nos crimes de ação pública incondicionada, a autoridade policial poderá proceder de ofício à investigação, sendo essa uma das formas legalmente previstas de instauração do inquérito policial.
- c) O inquérito policial é dotado de caráter jurisdicional, motivo pelo qual deve necessariamente observar o contraditório e a ampla defesa em todos os seus atos.
- d) A autoridade policial poderá determinar o arquivamento do inquérito policial sempre que concluir pela inexistência de indícios suficientes de autoria.
- e) O prazo para conclusão do inquérito policial, estando o indiciado preso, é de 30 (trinta) dias, improrrogável, independentemente da complexidade da investigação.

67. Em determinado município, foi praticado crime de lesão corporal leve, no contexto de violência doméstica contra a mulher. A vítima procurou a autoridade policial e manifestou o desejo de que o agressor fosse processado e responsabilizado criminalmente.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal a respeito da ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) Tratando-se de lesão corporal leve praticada em contexto de violência doméstica contra a mulher, a ação penal é de iniciativa privada, cabendo exclusivamente à vítima o oferecimento de queixa-crime.
- b) Na ação penal privada, o Ministério Público jamais poderá intervir no processo, sendo a atuação da vítima absoluta e exclusiva do início ao fim da persecução penal.
- c) A ação penal pública é promovida pelo Ministério Público.
- d) A retratação da representação, uma vez oferecida pelo ofendido, pode ocorrer a qualquer tempo, inclusive após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, sem qualquer limitação temporal.
- e) Nos crimes de ação penal pública, a instauração de inquérito policial pode ocorrer de ofício pela autoridade policial, independentemente de manifestação de vontade da vítima.

68. Um guarda civil municipal, durante patrulhamento, avistou um indivíduo sendo perseguido por populares, momentos após a prática de um roubo em via pública, com a vítima gritando "pega ladrão". O agente efetuou a abordagem e conduziu o indivíduo à delegacia para lavratura do auto de prisão em flagrante.

Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta quanto à prisão em flagrante:

- a) A situação descrita não autoriza a prisão em flagrante, pois esta somente é cabível quando o agente é surpreendido cometendo a infração penal no exato momento da execução.
- b) A lavratura do auto de prisão em flagrante é ato privativo do delegado de polícia titular da unidade policial, não podendo ser realizada por delegado plantonista ou substituto.
- c) Qualquer pessoa do povo somente poderá efetuar a prisão em flagrante se estiver investida de função pública de segurança, sendo vedada a atuação de particulares nessa hipótese.
- d) Considera-se em flagrante delito quem é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração, hipótese caracterizadora do flagrante impróprio ou quase-flagrante.
- e) A prisão em flagrante, uma vez lavrada, dispensa qualquer comunicação posterior ao juiz competente, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, bastando o registro no livro de ocorrências da unidade policial.

69. Marcos foi preso em flagrante pela prática de crime de furto simples, sem violência ou grave ameaça à pessoa. Ao analisar o auto de prisão em flagrante, o juiz competente verificou a ausência dos requisitos que autorizariam a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, bem como a inexistência de necessidade de imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta quanto à liberdade provisória:

- a) Ausentes os requisitos da prisão preventiva, o juiz deverá conceder liberdade provisória, podendo, se for o caso, impor ao autuado, isolada ou cumulativamente, as medidas cautelares diversas da prisão previstas em lei.
- b) A liberdade provisória somente pode ser concedida mediante o pagamento de fiança, não sendo admitida a concessão do benefício de forma gratuita, ainda que o autuado seja reconhecidamente pobre.
- c) Concedida a liberdade provisória, é vedado ao juiz impor qualquer condição ou medida cautelar diversa da prisão, devendo o autuado responder ao processo em plena e irrestrita liberdade.
- d) A liberdade provisória é incompatível com crimes apenados com reclusão, sendo cabível apenas nas infrações de menor potencial ofensivo processadas perante o Juizado Especial Criminal.
- e) Compete exclusivamente ao delegado de polícia a análise da concessão de liberdade provisória ao preso em flagrante, não havendo necessidade de remessa do auto ao juiz competente.

70. Policiais civis, no curso de investigação de tráfico de drogas, representaram ao juízo competente pela expedição de mandado de busca e apreensão domiciliar, apontando fundadas razões de que, no interior da residência do investigado, seriam encontrados entorpecentes e demais objetos relacionados ao crime.

Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta a respeito da busca e apreensão:

- a) A busca domiciliar poderá ser determinada de ofício pelo juiz ou a requerimento das partes, sendo dispensada a indicação, no mandado, da residência a ser objeto da diligência.
- b) A busca domiciliar poderá ser realizada durante o dia ou durante a noite, independentemente de consentimento do morador, desde que amparada em mandado judicial devidamente fundamentado.
- c) O mandado de busca deverá, entre outros requisitos, indicar o mais precisamente possível a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador, ou, na falta ou impossibilidade, os sinais que a possam individualizar.
- d) A busca pessoal, diferentemente da busca domiciliar, depende sempre de prévia expedição de mandado judicial, ainda que existam fundadas suspeitas de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos relacionados ao crime.
- e) Os objetos apreendidos em cumprimento a mandado de busca e apreensão somente poderão ser utilizados como prova se relacionados especificamente ao crime que originou a expedição do mandado, sendo vedada, em qualquer hipótese, a utilização de provas de outros crimes eventualmente descobertos durante a diligência.

LEGISLAÇÃO EXTRAORDINÁRIA*Antônio Pequeno*

71. Um Guarda Municipal praticou um crime de abuso de autoridade, de acordo com a lei nº 13.869/2019, entretanto, foi absolvido criminalmente por ter praticado a conduta sob amparo da legítima defesa. Com base nessa situação hipotética podemos afirmar que

- a) A decisão fará coisa julgada apenas em âmbito criminal.
- b) A decisão fará coisa julgada apenas em âmbito cível.
- c) A decisão fará coisa julgada apenas em âmbito administrativo-disciplinar.
- d) A decisão fará coisa julgada em âmbito criminal, cível e administrativo-disciplinar.
- e) A decisão fará coisa julgada em âmbito criminal e cível, apenas.

72. Um Guarda Municipal, fazendo uma ronda escolar, se depara com uma professora do município, no exercício da função, ofendendo um aluno em sua dignidade e utilizando elementos sobre a cor deste, chamando o adolescente de macaquinho safado. Com base nessa situação hipotética, o agente público poderá prender a professora pelo crime de:

- a) Injúria racial na forma simples.
- b) Injúria racial na forma qualificada.
- c) Injúria racial na forma majorada.
- d) A professora não praticou crime.
- e) A professora agiu em estrito cumprimento do dever legal.

73. De acordo com a Lei nº 11.340/2006 nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, a ofendida decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce no prazo de

- a) 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.
- b) 12 (doze) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.
- c) 4 (quatro) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.
- d) 5 (cinco) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.
- e) 8 (oito) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.

74. De acordo com a Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, caso um Guarda Municipal apreenda um adolescente em flagrante de ato infracional este menor deverá ser encaminhado para:

- a) a Autoridade Judiciária
- b) a Autoridade Policial
- c) o Ministério Público
- d) o Conselho Tutelar
- e) a Defensoria Pública

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO*Hugo Garotinho*

75. Durante um patrulhamento noturno, a Guarda Municipal de Porto Velho abordou Bruno após ele avançar o sinal vermelho. Os agentes constataram que Bruno apresentava forte odor etílico e capacidade psicomotora alterada. No teste do etilômetro, foi registrado o valor de 0,41 mg de álcool por litro de ar alveolar. Não houve sinistro nem vítimas.

Considerando o caso hipotético, as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, Resoluções do CONTRAN e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) A conduta de Bruno configura o crime do art. 306 do CTB, tratando-se de delito de perigo abstrato, para o qual é dispensável a demonstração de dano ou de perigo concreto de dano a terceiros.
- b) O crime de conduzir veículo com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool exige a constatação de perigo concreto de dano à incolumidade pública para restada sua tipicidade penal.
- c) Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência tem como pena a reclusão, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.
- d) Caso Bruno tivesse se recusado a realizar o teste do etilômetro, a alteração da capacidade psicomotora ainda poderia ser constatada por meio de prova testemunhal ou vídeos, na forma estipulada no art. 306, § 2º, do CTB.
- e) A medição realizada pelo etilômetro (0,41 mg/L) ultrapassa o limite legal mínimo de 0,30 miligrama de álcool por litro de ar alveolar exigido pela lei para a caracterização do elemento objetivo do tipo.

76. Além de outros casos previstos na Legislação de Trânsito recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual dar-se-á mediante recibo, quando:

- I - houver suspeita de inautenticidade ou adulteração
- II - se o prazo de licenciamento estiver vencido;
- III - no caso de retenção do veículo, se a irregularidade não puder ser sanada no local
- IV – houver constatação de qualquer infração gravíssima

Julgue os itens acima e assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos
- b) Os itens I, II e IV estão corretos
- c) Apenas o item III está errado
- d) Apenas os itens IV está errado
- e) Todos os itens estão corretos

77. Com base na Legislação de Trânsito e na Resolução do CONTRAN nº 940/2022, que disciplina o uso de capacete para condutor e passageiro de motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos motorizados e quadriciclos motorizados, assinale a alternativa incorreta:

- a) No período noturno, é obrigatório o uso de viseira no padrão cristal.
- b) É proibida a aposição de película na viseira do capacete e nos óculos de proteção
- c) O uso de capacete é obrigatório para condutor e passageiro, devendo possuir certificação INMETRO e estar em bom estado de conservação
- d) O capacete deve estar devidamente afixado à cabeça pelo conjunto formado pela cinta jugular e engate, por debaixo do maxilar inferior
- e) Capacetes com numeração superior a 74 (setenta e quatro) estão dispensados da certificação compulsória quando adquiridos por pessoa física no exterior.

LEGISLAÇÃO GUARDA MUNICIPAL*Fábio Ramos*

78. De acordo com a lei 13.022 de 2014 que rege o Estatuto geral das Guardas Municipais, são competências específicas das Guardas Municipais, exceto:

- a) interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;
- b) desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;
- c) proteger bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município
- d) auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários.
- e) articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;

79. Tibério é Guarda civil de Porto Velho que é órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo do Município. Tibério, no curso de formação, aprendeu que a Guarda Municipal é subordinada ao chefe do Poder Executivo municipal (Prefeito). Em outro momento foi pesquisar o Estatuto da Guarda das Guardas Municipais para saber qual seria o efetivo correto da corporação. E chegou a seguinte conclusão correta. As guardas municipais não poderão ter efetivo superior a:

- a) 0,2% (dois décimos por cento) da população, em Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes.
- b) 0,4% (três décimos por cento) da população, em Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes.

c) 0,3% (dois décimos por cento) da população, em Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes.

d) 0,1% (três décimos por cento) da população, em Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes.

e) 0,5% (quatro décimos por cento) da população, em Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

80. Tibruço é Guarda Municipal recém formado em Porto Velho. Como é novo ele desconhece a Lei Geral das Guardas Municipais e foi perguntar a Montes, colega de infância que é professor de legislações há mais quinze anos sobre a Lei federal nº 13.022, de 08 de agosto de 2014. Montes respondeu corretamente somente a alternativa:

- a) Os cargos em comissão das guardas municipais deverão ser providos por membros efetivos de quaisquer órgãos ou entidades.
- b) Os guardas municipais utilizarão uniforme e equipamentos padronizados, obrigatoriamente, na cor azul-marinho.
- c) Nos primeiros 2 (dois) anos de funcionamento, a guarda municipal poderá ser dirigida por profissional estranho a seus quadros, preferencialmente com experiência ou formação na área de segurança ou defesa social, atendido o disposto no caput
- d) Não é assegurado ao guarda municipal o recolhimento à cela, isoladamente dos demais presos, quando sujeito à prisão antes de condenação definitiva.
- e) É facultada ao Município a criação de órgão de formação, treinamento e aperfeiçoamento dos integrantes da guarda municipal, tendo como princípios norteadores a proteção dos direitos humanos fundamentais, o exercício da cidadania e das liberdades públicas, a preservação da vida, a redução do sofrimento e diminuição das perdas, o patrulhamento preventivo, o compromisso com a evolução social da comunidade e o uso progressivo da força.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
